

**CAU/MT**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

PROCESSO	DOCUMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 1000000885/2013
AUTUADO	JOSÉ HENRIQUE LAVAQUI
ASSUNTO	EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO POR PESSOA NÃO HABILITADA
DELIBERAÇÃO Nº 128/2017- CEP - CAU/MT)	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – CEP-CAU/MT, reunida ordinariamente em Cuiabá-MT, na sede do CAU MT, no dia 04 de dezembro de 2017, no uso das competências que lhe conferem o Art. 46 do Regimento Interno do CAU/MT, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que o Relatório e Voto Fundamentado do relator do processo, conselheiro (a) Eliane de Campos Gomes, apreciado pela Comissão de Exercício Profissional do CAU/MT nesta data.

DELIBEROU:

1 – Acompanhar o Relatório e Voto Fundamentado do conselheiro relator no âmbito da CEP-CAU/MT.

Cuiabá - MT, 04 de Dezembro de 2017.

ELIANE DE CAMPOS GOMES

Coordenadora da CEP – CAU/MT

FRANCISCO JOSÉ DUARTE GOMES

Conselheiro Titular

ALTAIR MEDEIROS

Conselheiro Titular

JOSÉ ANTÔNIO LEMOS DOS SANTOS

Conselheiro Titular

CARLOS ALBERTO OSEKO JÚNIOR

Conselheiro Titular



PROCESSO	DOCUMENTO DE FISCALIZAÇÃO Nº 1000000885/2013
AUTUADO	JOSÉ HENRIQUE LAVAQUI
ASSUNTO	EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO POR PESSOA NÃO HABILITADA
RELATOR	ELIANE DE CAMPOS GOMES

RELATÓRIO E VOTO FUNDAMENTADO

Trata o presente processo exercício ilegal da profissão da pessoa física Sr. José Henrique Lavaqui, sob CPF nº 804.367.221-00.

Considerando que a presente demanda originou-se através do setor de fiscalização do CAU/MT, elaborado pela agente de fiscalização Sra. Tatiane Castro e que a mesma constatou a participação da Sra. Cláudia Oliveira no Evento “Caso Cor Mato Grosso 2012”, realizando a notificação preventiva, de 15/10/2012, que relata:

“Em levantamento realizados em nosso Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU), não encontramos seu cadastro como Arquiteto (a) Urbanista.

Dessa forma, em razão da vossa participação em um dos ambientes (CAFÉ) do evento “Casa Cor 2012”, serve a presente para notificá-lo (a), para regularizar sua situação perante este Conselho, considerando sua atuação nas áreas de:

I – da Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;

II – da Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos de ambientes;”

Considerando que a notificação foi encaminhada e devidamente recebido, conforme folha 04, recebido pela Sra. Edilaine de Souza Silva, em 18/10/2012, atendendo o art. 13, 42 e 52 da Resolução nº 22/2012 CAU/BR, que dispõe:

“Art. 13. Constatada a ocorrência de infração, caberá ao agente de fiscalização registrar o fato no relatório digital de fiscalização e lavrar a notificação da pessoa física ou jurídica responsável pela atividade fiscalizada para, no prazo estabelecido, adotar as providências necessárias para regularizar a situação.

Parágrafo único. A notificação, que constitui o ato administrativo inicial que relata a ocorrência de infração, fixará o prazo de 10 (dez) dias para a regularização, contados do primeiro dia útil subsequente ao seu recebimento.

Art. 42. A notificação e o auto de infração deverão ser entregues por correspondência remetida por via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou por outro meio legalmente admitido que assegure a ciência da pessoa física ou jurídica autuada.



§ 1º Em todos os casos, o comprovante de entrega deverá ser juntado ao processo.

§ 2º Caso a pessoa física ou jurídica autuada recuse ou obstrua o recebimento da notificação ou do auto de infração, o fato deverá ser registrado no processo.

Art. 53. A instauração, instrução e julgamento de processo por infração à legislação profissional obedecerão aos princípios da legalidade, formalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.”

Considerando que após o recebimento da correspondência, a interessada não apresentou regularização, sendo, portanto, lavrado o Auto de Infração n. 0028 e encaminhado correspondência do Auto de Infração à interessada;

Considerando que a correspondência do Auto de infração foi encaminhado e devidamente recebida, conforme folha 06, recebido em 15/01/2013, atendendo o art. 18, 42 e 52 da Resolução nº 22/2012 CAU/BR.

Considerando que foi encaminhado o presente processo à Comissão de Ensino, Exercício e Formação Profissional, em 30/01/2013.

Considerando que o Conselheiro Relator Sr. Higor Neves de Oliveira apresentou parecer pela manutenção do auto de infração;

Considerando que o art. 21 da Resolução 22/2012 CAU/BR, dispõe:

“Art. 21. A Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF julgará à revelia a pessoa física ou jurídica autuada que não apresentar defesa tempestiva ao auto de infração, sendo garantido amplo direito de defesa nas fases subsequentes do processo.

Parágrafo único. Procedido o julgamento, à revelia, pela Comissão de Exercício Profissional do CAU/UF, a pessoa física ou jurídica será comunicada da decisão, sendo instada a, caso deseje, cumprir os prazos dos atos processuais subsequentes.”

Considerando que foi gerado Relatório, Notificação Preventiva e Auto de Infração no SICCAU de nº 1000000885/2013 e que o *“...Relatório contém todas as informações relatadas na Notificação Preventiva de 15/10/2012 e Auto de Infração n. 0028/2013, de 07/01/2013, manualmente, tendo em vista que à época o SICCAU não funcionava”*, conforme Certidão lavrado pela Agente de fiscalização Sra. Tatiane de Castro A. Santos, em 07/05/2013;

/



Considerando que o agente de fiscalização Sr. Odenil Alcântara relatou através do Mem. 13.007.003/FISC, do Setor da Fiscalização CAU/MT apresentando as divergências e síntese dos procedimentos a serem adotados, bem como encaminhando à Comissão;

Considerando o encaminhamento da agente de fiscalização Sra. Natália Martins Magri à Comissão de Exercício Profissional;

Considerando o processo fora distribuído a Conselheira Sra Eliane de Campos Gomes, e que no processo à ausência de relatório e voto fundamentado, contudo aplica-se multa e manutenção do auto de infração;

Considerando novo encaminhamento do processo à Comissão de Exercício Profissional e informação sobre o Memorando 015.09.008/FISC, solicitando a revisão e despacho comunicando à autoridade competente;

Considerando que o ato será nulo se houver ***“ausência ou inadequação de fundamentação legal da decisão de qualquer das instâncias julgadoras que resulte em penalidade à pessoa física ou jurídica autuada; falta de cumprimento de qualquer das demais formalidades previstas em lei”***, conforme art 38 da Resolução n. 22/2012 CAU/BR e que o art. 41 dispõe:

“Art. 41. Havendo nulidade, não obstante o disposto no artigo anterior, em qualquer fase processual os autos retornarão às instâncias competentes para repetição ou retificação do ato processual.”

Considerando que retornou os autos para regularização do processo, conforme determinação do art. 41 da Resolução nº 22/2012 supracitada.

Diante do relato supramencionado, voto:

- 1 – Promover DILIGÊNCIA à Fiscalização do CAU/MT, devendo incluir ao processo as provas relativas ao fato denunciado pela agente de fiscalização Sra. Tatiane de Castro A. Santos;
- 2 - Solicitar a inclusão do Memorando nº 015.09.008/FISC, visto que a agente de fiscalização em seu comunicado relata sobre o mesmo;
- 3- Após, retorne os autos à Comissão para proferir relatório e voto fundamento pela manutenção do auto de infração ou pelo arquivamento do processo, conforme art. 19, §2º da Resolução n. 22/2012 e envio ao Ministério Público, conforme expostos no art. 33 da resolução supramencionada, que relata:

“Art. 33. Quando a infração apurada constituir prova ou indício de violação da Lei de Contravenções Penais, o CAU/UF comunicará o fato à



CAU/MT

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Mato Grosso

autoridade competente, sem prejuízo da aplicabilidade das penalidades previstas nesta Resolução.”

Cuiabá, 04 de dezembro de 2017.

ELIANE DE CAMPOS GOMES
Relator da Comissão de Exercício Profissional